



SUMARIO

ALADI/CR/Ata 315
(Extraordinária)
Sumário
23 de outubro de 1990

Reservado

O Comitê de Representantes recebe a visita do Doutor Martin Piñeiro, Diretor-Geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).



APROVADA

NA

346

a. Sessão

ALADI/CR/Ata 315
(Extraordinária)
23 de outubro de 1990
Hora: 11h 35m às 12h 45m

Reservado

ORDEM DO DIA

O Comitê de Representantes recebe a visita do Doutor Martín Piñeiro, Diretor-Geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Preside

RENE MARIACA VALDEZ

Assistem: Maria Esther Bondanza e Raúl Guastavino (Argentina); René Mariaca Valdez (Bolivia); Paulo Roberto de Almeida e Vera Lúcia dos Santos Caminha Campetti (Brasil); Patricia Dávila de Navas (Colômbia); Raimundo Barros Charlin e Manuel Valencia Astorga (Chile); Roberto Proaño (Equador); José Pedro Pereyra Hernández, Jorge Ramirez Guerrero e Adolfo Treviño Ordorica (México); Herminia Margarita Genes de Aranda (Paraguai); Pablo Portugal Rodriguez e José Carlos Dávila (Peru); Néstor Cosentino, José Roberto Muineló, Germaine Barreto Amundarain e Ricardo Duarte (Uruguai); Luis La Corte, Gerardo Arellano e Pedro Elias Revollo Salazar (Venezuela); Hernán Antonio Bermúdez (Honduras).

Secretário-Geral: Jorge Luis Ordóñez Gómez.

Subsecretário: Antonio José de Cerqueira Antunes.

Subsecretário: Jorge Cañete Arce.

Secretaria: Pedro Reyes.

PRESIDENTE. Senhoras e Senhores: damos início à 315a. sessão, extraordinária do Comitê de Representantes, na qual se recebe a visita do Doutor Martín Piñeiro, Diretor-Geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Distinto Engenheiro Martín Enrique Piñeiro, Diretor-Geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Excelentíssimos Senhores Embaixadores Representantes dos países-membros da ALADI, Senhores Representantes dos países e de organismos observadores; Senhor Secretário-Geral da ALADI, Senhores Subsecretários, distintos membros da Comitiva do Engenheiro Martín Piñeiro Senhoras e Senhores, em nome do Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração tenho a honra de dar as mais cordiais boas-vindas ao Engenheiro Martín Enrique Piñeiro, Diretor Geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, quem na oportunidade nos honra com sua visita, à qual damos especial importância com o desejo de abrir canais de cooperação entre a ALADI e o IICA, estreitar nossos vínculos, coordenar políticas e ações, cujos resultados positivos beneficiarão nossos países e seus povos.

Ao salientar a própria essência da criação do IICA, que é de promover o desenvolvimento econômico e social dos povos da América, através do ensino, da capacitação de pessoal, da pesquisa e da comunicação relacionados com a área agropecuária, destaca-se que este conjunto de atividades privilegia a solução dos problemas do homem do campo que constitui a maioria silenciosa de nossos povos.

É neste âmbito de referência que o mandato dos Senhores Ministros de Agricultura aprova o alcance de ações para o desenvolvimento agropecuário com cujos objetivos a ALADI tem grande interesse e muito especialmente no referente a um acordo sobre atividades a serem desenvolvidas no tocante à coordenação para a zona sul, que agrupa países membros de nosso organismo.

Nesta oportunidade salientamos também o interesse da ALADI em plasmar projetos de cooperação conjunta e ir ao encontro de recursos externos de países como o Canadá e outros europeus nos quais o IICA tem possibilidades de aceder ao financiamento, como também salientar a necessidade de complementar atividades nas áreas de produção e tecnologia agrícola, de sanidade animal e vegetal e sementes, apontando também para a criação de mecanismos de informação comercial de apoio aos setores agropecuários, informação de preços em nível de produtos básicos, programas que requerem o respectivo suporte econômico. O campo de ação conjunta e sua complementação é amplo e esperamos que o IICA se constitua no braço técnico da ALADI no setor agropecuário.

Com a convicção dos países da ALADI de que a promoção e progresso sócio-econômico do setor rural representam também priorizar o homem para sua inserção na vida econômica de nossos países, como forma efetiva de integração. Esta hora na qual a dinâmica dos eventos nos obriga a ser mais produtivos que estáticos operadores ou indiferentes executores se deve ver com confiança a ação de ambos os organismos.

Estamos certos de que os objetivos do IICA serão canalizados com ótimos resultados por nosso ilustre visitante devido a sua experiência profissional em cargos de relevância em seu país, com uma brilhante folha de serviços até a atingir à Subsecretaria de Economia Agrária na Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária da República Argentina, sua experiência na docência universitária além de homem de gabi-

nete e pesquisador, autor de várias publicações e livros, avaliam e respaldam essa convicção.

Ao concluir, reitero a Vossa Senhoria a satisfação do Comitê de Representantes em recebê-lo nesta casa da integração latino-americana, que uma vez mais está honrada com a visita de tão destacada personalidade.

Com a palavra o Senhor Secretário-Geral da ALADI.

SECRETARIO-GERAL. Muito obrigado, senhor Presidente.

Doutor Martin Piñeiro, Doutora Julia Gabel, Representante da OEA no Uruguai, Doutor Arnaldo Veras, Representante do IICA no Uruguai, Doutor Carlos Garramón, Representante do IICA na Argentina, desejo dar a todos os Senhores as mais calorosas boas-vindas.

A visita à ALADI de meu querido amigo Martin Piñeiro surgiu dos contactos mantidos nos últimos tempos com os outros organismos latino-americanos que trabalham no campo da cooperação e da integração.

O Doutor Martin Piñeiro é um dos mais plecaros peritos que há em matéria agropecuária na América Latina. Eu tenho escutado dele várias intervenções realmente brilhantes. E, além disso, está à frente de um dos organismos importantes da América Latina em um campo que é fundamental para todos nossos países.

Na meta que os organismos latino-americanos nos temos imposto, de não duplicar esforços, de não repetirmos e de estar coordenados em sintonia permanente, é que quisemos que o Doutor Piñeiro nos fizesse esta visita.

As ações que a ALADI deve empreender em matéria agropecuária deverão necessariamente ser coordenadas com o IICA. Esta Organização já tem uma vasta experiência; têm programas de cooperação de grande importância, todos os quais estão nos propósitos que o Conselho de Ministros das Relações Exteriores, no México, nos impôs recentemente.

O IICA tem importantes processos de cooperação em matéria de biotecnologia. No próximo ano celebrarão uma reunião de Ministros de Agricultura Latino-Americano, na Espanha. Tem uma série de atividades nas quais a ALADI está envolvida, de forma que sua presença em nossa Associação é de suma importância.

Eu desejo, Martin, dar-lhe as mais cordiais boas-vindas. Desejo que se sinta como em sua casa, temos o mesmo objetivo, o mesmo propósito, e é lutar pelo melhor bem-estar dos povos latino-americanos e por uma maior integração de todos nós.

Dou-lhe as mais cordiais boas-vindas.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Doutor Martin Piñeiro, Diretor - Geral do IICA.

DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (Martín Piñeiro). Senhor Presidente do Comitê de Representantes da ALADI, Senhor Secretário-Geral, Senhores Representantes; amigos, antes de mais nada quero agradecer a todos os Senhores e particularmente a Jorge Luis, o convite formal para visitá-los na ALADI e ter a possibilidade de intercambiar com os senhores algumas idéias e, também, algumas possibilidades de colaboração que poderemos encontrar de maneira conjunta.

Eu gostaria também de agradecer ao Presidente e ao Secretário-Geral os elogiosos conceitos na apresentação e também receber com entusiasmo a proposta, a sugestão da importância de que os dois Organismos trabalhem juntos, que tratemos de coordenar o trabalho em áreas comuns; tudo é possível, inclusive neste momento em que os processos de integração tomaram uma velocidade e um caráter, diria, totalmente diferente.

Achamos que temos muitas coisas que podemos fazer juntos. Em parte porque também temos uma profunda convicção de que o tema da integração deu a nosso trabalho técnico um caráter diferente. E também de que a agricultura terá nestes processos de integração da América Latina uma importância que não teve nos anos passados.

Parece-nos que durante a década de 80, na qual a integração se destravou, o setor agropecuário, necessariamente por seu caráter por sua natureza, pelo tipo de comércio que têm nossos países, tinha relativamente menos coisas para negociar. O comércio se fazia no que se podia mas havia relativamente menos para negociar.

Creemos que agora que a integração está tomando um caráter diferente e principalmente uma metodologia diferente, a agricultura, em primeiro lugar, é uma das dificuldades centrais para levar adiante estes processos de abertura e de expansão do comércio mundial. Basta pensar no que está acontecendo no GATT para se ver que a agricultura fará ou não possível o êxito da Rodada Uruguai.

A discussão final no GATT, a dificuldade final no GATT estará em torno da agricultura. E particularmente pela posição que algum de nossos países no Grupo Cairns está tendo na Rodada GATT como consequência da importância que tem o setor para estes países que integram o GATT.

Creio que em termos da Iniciativa para as Américas, que é um pouco ao que fazia referência recentemente o Embaixador Ordóñez, e as reuniões e o intercâmbio de opiniões e de informação que tivemos com outros organismos que trabalham na América Latina, também mostra que alguma das grandes oportunidades que surgem no contexto da Iniciativa do Presidente Bush, por exemplo, para América Central, ocorrerão particularmente no setor agropecuário. Não somente porque 60% das exportações dos países da América Central é agrícola, mas também porque a complementação econômica com os Estados Unidos verifica-se essencialmente no setor agrícola ou pelo menos de algum dos subsectores agrícolas. Ou seja, para os países de América Central, a Iniciativa Bush é uma possibilidade de expansão do comércio de primeiro caráter, desde que se logre progredir no contexto e nas oportunidades que essa iniciativa outorga.

Pelo contrário, em algum dos países do Cone Sul, novamente no contexto da Iniciativa para as Américas, a agricultura certamente será a dificuldade central para a Argentina, para o Brasil, etc.; progredir no contexto de uma liberalização do comércio no hemisfério, a agricultura pode transformar-se em uma das dificuldades centrais.

Então achamos que aqui haverá temas de grande transcendência, de grande importância e também de grande dificuldade que estarão particularmente ligados ao setor agropecuário. E aqui vem o que eu disse no começo de nosso trabalho técnico.

Estamos vendo que algumas áreas técnicas que sempre foram mandato dos Ministros da Agricultura e portanto também do IICA e que foram temas técnicos de segunda ordem, por dizer de alguma maneira, passam a ter um caráter e uma dimensão política que não tinham no passado. Por exemplo, o tema da saúde. Pela primeira vez os temas da saúde passam a ter uma importância e uma presença a ter uma importância e uma presença políticas que não tenham no passado. Mas, ao mesmo tempo, têm um caráter diferente porque não é somente o tema técnico de controle sanitário em nível da produção, senão que requer todo um sistema jurídico e que têm uma relevância, uma importância no sistema do comércio que nós como organismo não podemos manejar adequadamente.

Finalmente, também para que tenham uma idéia das preocupações que nós temos como Instituição, percebemos que neste processo de abertura que nossos países estão adquirindo muito rapidamente, haverá processos de reestruturação produtiva de grande transcendência social e política. O processo de integração aqui no Cone Sul entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai, não há nenhuma dúvida que em poucos anos significará a diminuição muito grande de alguns subsetores produtivos, talvez açúcar na Argentina, talvez trigo no Brasil, que têm conseqüências econômicas, mas também políticas e sociais. Como sou argentino falarei mais da Argentina. O impacto sobre a produção do açúcar pode ser de enorme dimensão, de enorme profundidade e com conseqüências de difícil manejo.

Parece-nos que tudo isto requer ou leva a propor a necessidade de fazer um trabalho técnico bastante profundo e ir adiantando-nos aos fatos. Ou seja, poder ir adivinhando estes efeitos e tratar de ir inventando políticas e medidas que levem a compensar e a distribuir os custos deste ajustamento econômico que vemos como de grande profundidade.

Eis onde novamente nos parece que a complementação de organismos como o nosso como a ALADI, que têm um mandato claro em todo o processo de comércio e a integração, poderia ter um potencial importante para os países envolvidos.

Temos estado - não sei qual a informação que há realmente sobre o organismo e não me quero estender aqui contando-lhes o que é o IICA - mas, por se acaso, nós trabalhamos essencialmente mediante uma estrutura bastante descentralizada com escritórios nos trinta e três países-membros. Isto nos dá uma presença e uma possibilidade de diálogo com os países em nosso trabalho diário, com os Ministérios de Agricultura. Mas também temos uma dimensão multinacional e particularmente em nível das quatro sub-regiões: o Caribe, a zona andina, América Central e os países do Cone Sul.

Mediante este trabalho sub-regional temos estabelecido relações bastante estreitas de cooperação com os organismos sub-regionais de integração que existem nessas três regiões e que não existem de maneira semelhante no sentido de que não havia um foro agropecuário nos cinco países do Cone Sul.

É por isto que nos últimos tempos impulsamos ou acompanhamos a idéia dos Ministros da Agricultura dos cinco países do Cone Sul de criar um mecanismo, um foro de diálogo, de discussão, de concertação de idéias, que é o CONASUR.

Justamente, o Doutor Garramón, aqui presente, atua como Secretário de Coordenação Pro Tempore, porque a idéia é que mudem rotativamente todos os anos e que sejam os representantes do IICA no país da Presidência, que seria rotativa, atuem como Secretaria. Esta Secretaria é apenas, particularmente, para organizar as reuniões e um trabalho de apoio logístico e de mobilização dos apoios técnicos que o próprio IICA possa dar a este processo de diálogo e de concertação.

Acho que nesta dimensão regional, não somente do CONASUR, mas também das outras subregiões, é uma das áreas onde certamente podemos estabelecer uma relação de trabalho conjunto, frutífero para ambas as Instituições mas, sobretudo e particularmente, frutífero para nossos países.

Do ponto de vista temático não há nenhuma dúvida de que os temas de harmonização da política setorial, que é um elemento central como pré-condição para os processos de integração, é para as áreas de saúde animal e vegetal e as áreas de tecnologia, incluindo áreas como biotecnologia, são as áreas onde certamente poderíamos estabelecer trabalhos conjuntos que permitisse progredir mais rapidamente do que temos feito até o presente.

Nossa preocupação, Senhor Presidente, é que estamos vendo que os países nos estão deixando arrastando neste processo de integração; os países mediante esta nova mecânica da diplomacia dos próprios Presidentes e dos Chanceleres, estão progredindo com uma velocidade totalmente desconhecida para nós em épocas passadas, que também nos obriga como Organismo a introduzir modificações em nossa própria forma de operar e que procuremos a cooperação, a aliança, o apoio de outros organismos, que nos facilitem também e apoiem em nossos próprios trabalhos nas áreas diretamente ligadas aos processos de integração que estamos vendo.

Eu deixaria aqui propostos os temas, Senhor Presidente.

Simplesmente quero finalizar agradecendo novamente a oportunidade que nos deram de estar aqui com os Senhores, e sugerir que talvez possamos ter um tempo de diálogo, de perguntas e poder ter uma idéia mais precisa, também nós, de como estão pensando os Senhores esta possível relação.

Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Doutor Piñeiro.

Representação do BRASIL (Paulo Roberto de Almeida). Senhor Presidente, eu teria duas perguntas: uma, de caráter geral e outra, de

caráter particular, referente ao CONASUR.

A pergunta de caráter geral vai para algumas precisões a respeito do impacto de resultados negativos na Rodada Uruguai a respeito do tema agrícola.

Sabemos que a Comunidade Européia resiste, e resiste ainda diminuir os subsídios à exportação, diminuir as barreiras que foram implantadas nesse setor e se observa atualmente uma aproximação entre os países do Grupo de Cairns e os Estados Unidos para ter uma lista comum de pedidos. Mas se observa também uma resistência muito grande da área agrícola.

Ao não conseguir-se as demandas do Grupo Cairns na Rodada Uruguai, o que pensa o Doutor Martin Piñeiro que poderia resultar no comércio agrícola nos próximos anos? Ou seja, haverá, digamos, uma deterioração ainda maior no setor ou simplesmente um statu quo como se observa hoje? Esta é a pergunta geral.

A respeito da pergunta particular do CONASUR, o senhor enfatizou muito concretamente que não havia um foro agrícola de discussão nesta sub-região e que agora vai existir. Desejaria saber como vai funcionar este foro agrícola no sentido de tarefas e cometidos, seja na comercialização, seja na cooperação técnica, seja na coordenação de políticas agrícolas nacionais, etc. Seria uma pergunta para o responsável por esse setor.

DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (Martín Piñeiro). A respeito da pergunta geral, é evidente que a proposta do Grupo Cairns se tem aproximado muito da proposta dos Estados Unidos.

Como os Senhores sabem, casualmente ou justamente, o Secretário de Agricultura dos Estados Unidos está visitando, a partir de hoje, por dois dias, a Argentina e depois irá para o Brasil. O objetivo da visita é um pouco discutir com dois países importantes do Grupo Cairns qual é a posição que terão os três países, digamos, ou o Grupo Cairns e os Estados Unidos, daqui até o final do ano.

A pergunta é difícil porque obriga a aventurar quais os possíveis resultados da Rodada Uruguai, e vemos os diferentes cenários possíveis.

Eu, pessoalmente, penso que a Rodada Uruguai não vai terminar em um fracasso total no sentido de não chegar a algum acordo porque, justamente, a consequência disso seria necessariamente uma guerra comercial no setor agropecuário entre os Estados Unidos e a Europa; e a minha impressão é que no contexto de outros fatos mundiais, por exemplo o Golfo Pérsico, esse é um risco que me surpreenderia que os países industriais quisessem correr tanto os Estados Unidos como a Europa, e particularmente os dois principais contendores. Isto é uma opinião totalmente pessoal e eu não estou em Genebra negociando; ou seja que há outras pessoas que certamente têm uma informação mais detalhada, e outras que têm uma opinião diferente.

Creio que ainda devemos ter uma visão relativamente otimista a respeito do resultado final, de que haverá um resultado final.

Também acho que não devemos ter dúvidas de que o resultado,

quanto ao tema agrícola, será inferior no tocante à Proposta Cairns e será muito inferior a respeito das esperanças em nossos países, particularmente os países do Cone Sul.

Não obstante, acho que um acordo e um certo nível de concessões, e sobretudo um acordo político por parte da Comunidade, de que começará a dismantelar-se a política agropecuária seria benéfico e acho que é um resultado possível; quase, diria, o mais possível neste momento.

Também indo ao mais concreto, é evidente que um fracasso levaria a uma guerra comercial e a uma situação pior para os países exportadores não subsidiados, como a Argentina e o Brasil.

A respeito do CONASUR, o CONASUR é um mecanismo; não é um organismo; é um mecanismo; e, portanto, não tem um mandato nem muito preciso nem muito poderoso. É uma possibilidade de que os Ministros da Agricultura dos cinco países se reúnam com uma agenda mais ou menos estruturada para conversar sobre questões de interesse mútuo. Os Ministros não negociarão coisas concretas e muito menos na área comercial, já que não têm nem eles individualmente o mandato e muito menos o mecanismo do CONASUR propriamente dito.

Creio que a grande virtude do CONASUR, ou a grande utilidade potencial do CONASUR, segundo nossa experiência em outras sub-regiões - e por isso tínhamos interesse em que se criasse - é, primeiro, a possibilidade de que os Ministros da Agricultura se reúnam com frequência e com flexibilidade, coisas que em outras regiões ocorre e tem sido muito útil, muito importante; que discutam problemas comuns, que podem depois requerer alguma conversação mais formal e uma negociação formal, temas sanitários, temas tecnológicos, etc., onde já houve alguns resultados. Por exemplo, na Argentina e no Chile, em termos sanitários. O simples fato de conversá-lo no âmbito do CONASUR na primeira reunião constitutiva que tivemos, já deu alguns resultados concretos.

E o segundo é levar adiante projetos de cooperação técnica de caráter multinacional ou sub-regiões como temos PROCISUR, a possibilidade de fazer pesquisa, transferência de tecnologia horizontal entre os cinco países, experiência muito importante nos últimos anos. Para conseguir recursos externos é necessário ter um mecanismo que nos dê um mandato para ir em busca de recursos externos e isso não o tínhamos.

Pensamos que o CONASUR é um mecanismo que nos permite, primeiro, ter um vértice e fazer uma coordenação das diferentes áreas agropecuárias: CDSAVE, PROCISUR, biotecnologia, etc., que têm como redes ou projetos que estavam um pouco desvinculados entre si. Permite-nos montar um mecanismo de coordenação entre eles no setor agropecuário. E segundo conseguir mandatos e ter um "clearing house" político para poder sair em busca recursos externos que financiem esses projetos de cooperação técnica.

Creio que essas são as duas áreas importantes, pelo menos em um primeiro passo, depois pode haver uma evolução e isso será obviamente, o resultado da própria dinâmica e da vontade dos Ministros da Agricultura.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Bondanza). O Senhor se referiu recentemente à questão do açúcar na Argentina e do trigo no Brasil. Eu lhe faria uma dupla pergunta. Em primeiro lugar se já foi feito algum estudo pelo IICA sobre o impacto e as consequências de um eventual desmantelamento ou da adaptação destas produções.

E, em segundo lugar, se foi feito algum trabalho sobre identificação em outros países de algumas produções por setores ineficientes na agricultura, se foi proposta alguma sugestão a esse respeito.

DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (Martin Piñeiro). Logicamente, temos alguns estudos feitos. Por exemplo, no caso do açúcar há dois estudos bastante importantes feitos na Argentina há dez anos, sobre a estrutura da indústria, as causas da ineficiência, o que poderia ocorrer do ponto de vista produtivo se o setor não tivesse algum dos subsídios e proteções que tem. Mas são assuntos relativamente velhas e o IICA não tem nada a ver.

O IICA não tem feito nada até agora sobre o tema que a Senhora está propondo; mas é, como disse, uma de nossas preocupações centrais pensar que deveríamos fazer e estamos tratando de organiza-nos para fazê-lo; primeiro, alguma coisa muito mais conjuntural e de curto prazo em termos das necessidades, dos temas e que é necessário fazer em termos de harmonização de políticas setoriais. Ou seja, acompanhar um processo que já estão fazendo os países através dos Ministérios da Agricultura como resposta aos grupos de trabalho organizado como consequência dos protocolos assinados com o Brasil, o grupo dos quatro. Isto é um trabalho conjuntural relativamente superficial, rápida. Pensamos que há uma segunda etapa para a qual não estamos muito bem equipados porque se necessitam recursos, é necessário montar a estrutura de trabalho, que nos permita ajudar os países, justamente, a promover nos próprios países, identificar quais os setores de possível expansão -leiteria no Uruguai, que terá uma enorme expansão pela exportação ao Brasil-. Quais são as restrições que haveria para esse comércio expandido do ponto de vista, não tanto tarifário, mas do ponto de vista sanitário, do ponto de vista tecnológico, sejam as restrições tecnológicas ou as barreiras não-tarifárias que poderiam estar dificultando a expansão desse comércio e que é necessário fazer para eliminá-las.

E segundo, ter uma idéia e acompanhar também os países para fazer o que a senhora está mencionando, ou seja, quais os setores que teriam efeitos negativos, que se pode fazer-se do ponto de vista de compensação e quais os impactos sociais desse ajuste, ajuste que nos parece que seria em alguns casos será muito profundo, muito grave.

Mas, e somente para enfatizar, sentimo-nos bastante débeis para fazer o trabalho que deve ser feito. Lamentavelmente, sentimos que não estamos em condições de dar a resposta que haveria que dar em termos de magnitude e em termos de velocidade.

Representação da Colômbia (Patricia Dávila de Navas). Queremos agradecer ao Senhor Representante do IICA sua presença e sua exposição, que evidentemente resulta do maior interesse para nós.

Pensamos, um pouco do ponto de vista da Associação, da ALADI, e das possíveis vinculações concretas que poderia ter com o IICA o seguinte: aqui na Associação se tratou de negociar um convênio regio-

nal sobre sementes que ainda não foi concretizado. De que forma o IICA pode vincular-se com estudos ou com a concretização deste acordo?

DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (Martín Piñeiro) Primeiro, para dizer que do nosso ponto de vista consideramos esta ponto como um tema muito importante e obviamente nos interessaria poder participar de uma área como a do comércio de sementes.

Não saberia que dizer-lhe em termos concretos, como vincular-nos, porque não conheço o projeto, a atividade que os senhores estão desenvolvendo e quais as dificuldades e, portanto, em que poderíamos colaborar e ajudar-lhes. Obviamente, o que nós mais podemos oferecer é a vinculação com os Ministérios da Agricultura e a existência de escritórios e pessoal que conhece o tema em termos gerais em todos os países, que possam estar participando nos onze países da ALADI.

Talvez vendo a atividade, a ação que os senhores estão desenvolvendo concretamente, poderíamos pensar com mais precisão como vincular-nos ao que os senhores estão fazendo.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, sim, efetivamente, este é um um dos pontos que enfatizamos em nossas conversações com o IICA; especialmente com o Doutor Arnaldo Veras temos falado sobre este tema.

Mas, eu desejaria pedir ao Doutor Pedro Reyes, da Secretaria, expor-lhes brevemente quais os parâmetros que temos concebido para trabalhar juntamente com o IICA e talvez o Doutor Jorge Cafetequeira, também, acrescentar outro assunto particular.

SECRETARIA (Pedro Reyes). Muito brevemente, primeiro para manifestar nossa coincidência do ponto de vista técnico com as afirmações feitas pelo Diretor do IICA. Faz algum tempo que estamos trabalhando de forma coordenada com o escritório do IICA no Uruguai, e à luz do plano de ação aprovado pelo Conselho de Ministros de Agricultura do IICA temos identificado algumas possíveis linhas de trabalho.

Dos programas que vem executando atualmente o IICA entendemos que há uma grande afinidade e uma possibilidade de colaboração no programa de saúde vegetal e animal. E este vai, um pouco, ao encontro do que propunha a Representante da Colômbia quanto ao acordo de sementes; uma das linhas básicas do acordo fará o esforço para o qual já temos recebido cooperação do escritório aqui em Montevideu, vinculado com o tema de controle e harmonização fitossanitária no tocante à lista de produtos que seria parte do acordo regional. Neste sentido consideramos importante que o esforço do IICA, a ação do IICA continue acompanhando esta proposta de acordo regional que a Secretaria levou ao conhecimento dos países.

Na área de tecnologia também temos conversado com o pessoal do IICA aqui no Uruguai e acredito que haja uma grande coincidência entre os esforços que vem fazendo o IICA e a Resolução 26 (V) que propõe o Conselho de Ministros quanto a um programa regional de cooperação tecnológica e complementação econômica. Creio que seja um área onde há, evidentemente, coincidências nos esforços de ambos os organismos; cremos que a experiência na área agropecuária do IICA vai ao encontro do mandato dos países para a Secretaria e já inclusive há algumas reflexões conjuntas feitas, principalmente, estudar a possibilidade de trabalhar na área da biotecnologia. E na parte setorial vinculada à

produção agroindustrial acredito que o esforço maior que se pode fazer é basicamente trabalhar com o IICA, para identificar, à luz de sua experiência, aqueles setores produtivos onde há possibilidades reais de promover acordos de complementação. Como mencionava o Doutor Martin Piñeiro quanto ao setor lácteos ou açucareiro oleaginosos ou outros setores, estimamos que a experiência da Secretaria naquilo é por exemplo, a área de política comercial ou os esforços feitos na área de complementação, podem muito bem acentuar-se com a própria experiência do IICA e poder trabalhar conjuntamente em identificar aqueles setores onde há condições concretas para promover acordos, ir um pouco também ao encontro dos esforços que vêm realizando os países na área da integração.

Acredito, Senhor Presidente, que estas três linhas básicas podemos trabalhar juntamente com o IICA. E talvez haveria que definir um mecanismo de coordenação que nos permitisse pensar em um grupo de trabalho em nível técnico entre o IICA e a ALADI para poder plasmar estas áreas básicas ou outras que possam surgir destes encontros de trabalho, para poder falar talvez de um projeto de cooperação à luz do acordo básico que já existe entre a ALADI e o IICA e ver, inclusive, a possibilidade, à luz da experiência do IICA, de captar alguns recursos de cooperação externa, dado que entendemos que os senhores também têm algumas limitações em termos de recursos externos. Mas, creio que a experiência dos senhores quanto à captação de recursos, por exemplo, via Canadá, AID ou outras fontes, poderia muito bem complementar tanto os recursos da Secretaria quanto do próprio IICA.

Representação do CHILE (Manuel Valencia Astorga). Senhor Presidente, desejaria perguntar ao Doutor Martin Piñeiro a respeito de sua apreciação sobre a possível reação no setor agrícola do conjunto dos países da região às políticas de maior abertura comercial de caráter global, bem como os acordos de integração que podem decorrer também dessa abertura do comércio, quanto ao setor público agrícola dos países, do setor empresarial e, dentro do setor público, o que resta nos organismos de comercialização agrícola quanto ao papel que sabemos cumpriram no passado e que hoje em dia estaria aparentemente em retrocesso. É uma visão de conjunto desses componentes do setor agrícola de nossos países frente ao processo de integração e de abertura comercial.

DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (Martin Piñeiro). É um mosaico muito grande de atores sociais o que o senhor mencionou.

Parece-me, que a novidade dos últimos três ou quatro anos é que o contexto internacional e a própria vontade política dos Presidentes da América Latina faz com que o processo de integração apareça como algo que não pode ter barreiras ou que não terá barreiras do tipo que o senhor está mencionando. Como que o processo de integração tem uma força, adquiriu uma dinâmica na qual alguns destes setores na realidade não foram consultados e que a coisa tem tanta velocidade que já tampouco estes atores sociais que o senhor menciona poderão alterar o curso da história, por assim dizer.

A posição, por exemplo, do setor produtivo, varia bastante nos diferentes países, e varia também no interior do setor agropecuário porque, obviamente, há claros ganhadores e claros perdedores e, em geral, os setores da produção sabem ou têm uma idéia de que lado estão.

Parece-me que aqui, nos países do Cone Sul, não obstante, há uma maioria, uma posição favorável ao processo de integração e de abertura e de que os setores claramente perdedores estarão em minoria, ou estão em minoria do ponto de vista de sua própria possibilidade de expressão política das dificuldades.

Não obstante, parece-me que, apesar disso, deve ser uma preocupação política em nossos países identificar claramente quais os setores que perderão e tratarão de ter ações corretivas e, ao mesmo tempo, uma informação analítica que permita definir um pouco os tempos: os tempos em que é feita esta abertura, que é de caráter geral, mas que talvez em alguns subsetores pode ter velocidades um pouco diferente.

Há países como a Colômbia, onde estive faz pouco tempo, que acho que servem como exemplo para responder mais precisamente sua pergunta. Lá o novo Governo, como os senhores sabem, fez uma proposta de abertura muito forte. Imediatamente houve uma reação do setor agropecuário em particular, dizendo: "Um momento; vamos abrir-nos, mas a que velocidade?. Em que setores? Vamos discutir os setores. Vamos discutir a velocidade". E essa é a discussão que tiveram no último mês. O setor produtor por um lado, o Ministério de Economia e Fazenda pelo outro e o Ministério da Agricultura um pouco no meio tentado conformar os interesses dos diferentes setores. Finalmente creio que estão progredindo na direção adequada, ou seja, fazendo um trabalho de identificação de quais os setores que terão problemas tentando graduar um pouco a abertura nesses subsetores e tentando também montar alguns programas de compensação e de ajuda aos processos de reconversão que haverá.

Acho que o setor público, a opinião e as posições do setor público que o senhor mencionou não têm importância em nenhum país, com alguma possível exceção, em parte porque os Ministérios da Agricultura e os organismos descentralizados dos Ministérios, incluindo os de comercialização tiveram um processo de deterioração e de redução muito grande nos últimos anos, inclusive anterior a este processo recente dos últimos dois ou três anos, em que todo o setor público reduziu-se. O setor agrícola vem reduzindo-se há muitos anos e portanto, acho que a força e a resistência ou a opinião desses setores pesará pouco em todo o processo.

Não sei se fica respondida, pelo menos parte de sua pergunta.

Representação do BRASIL (Paulo Roberto de Almeida). Senhor Presidente, mais duas perguntas ao Doutor Martín Piñeiro.

Em primeiro lugar, o questão do contraponto brasileiro-argentino do açúcar e do trigo. Como o senhor mencionou, uma abertura desta conformação do mercado comum significará, se a teoria da vantagem comparativa reger, o término do trigo brasileiro e o término do açúcar argentino. Isto é o que diz a teoria da vantagem comparativa, mas os Governos não se regem muito frequentemente por esta teoria senão que constroem vantagens comparativas artificiais, políticas, por razões de segurança. Então, a pergunta seria em que medida o IICA trabalha também neste setor da segurança alimentar, sobre o qual poderia constituir-se uma espécie de, digamos, acordo multilateral em que os países pudessem abrir suas economias agrícolas e garantir, por-

tanto, esse aspecto da segurança.

A outra pergunta, para informação pessoal, é que me chamou muito a atenção que o Senhor tenha mencionado, a respeito da Iniciativa Bush, que haveria vantagens na área agrícola para América Central mas muitas dificuldades para o Cone Sul na relação com os Estados Unidos na área agrícola. Gostaria de saber, mais detalhadamente, quais os pontos que estão na raiz desta diferença.

DIRETOR - GERAL DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (Martin Piñeiro). Começarei pela última, que é mais fácil. A diferença é que os países da América Central são de baixa dimensão econômica e, portanto, pode-se outorgar-lhes concessões mais facilmente do ponto de vista de uma economia grande. Mas, mais fundamentalmente porque há uma maior complementação ecológica. Ou seja, os principais produtos de exportação da América Central, os tradicionais, café, banana, não são competitivos com os Estados Unidos e os novos produtos são essencialmente os produtos da nova diversificação agropecuária, apoiada em frutas tropicais, alguma horticultura por exemplo na Guatemala, México, obviamente, onde em primeiro lugar há um pouco de contra-estação, não completa, mas em todo caso, são setores relativamente debilitados também politicamente nos Estados Unidos. Então, lá pode haver.

No Cone Sul, a abertura significa competir em trigo, em soja, em milho e aí acho que o assunto vai ser muito mais difícil. Primeiro, porque o Cone Sul é competitivo com os Estados Unidos sob condições de "free trade", mas há uma produção excedentária dos Estados Unidos e, portanto, há um impacto econômico de grande transcendência sobre setores politicamente importantes.

Então, acredito que há dificuldade para progredir muito rapidamente em um acordo de "free trade" do Cone Sul se se faz de caráter geral incluindo o setor agropecuário. Essa foi a natureza de meu comentário.

No tocante às vantagens comparativas políticas, que é o que tivemos até agora, acho que há um pouco de decisão política quanto a que as vantagens comparativas são não aceitáveis. Porque o acordo, já feito, que é o desaparecimento de todas as barreiras tarifárias em cinco anos, incluindo as listas de exceções, quer dizer que daqui a cinco anos não haverá mais barreiras tarifárias e portanto estão em jogo as vantagens comparativas. Claro que sempre há possibilidades de fazer algumas coisas ocultas. Há possibilidades de outorgar créditos subsidiados. Não obstante, todas as condições dos bancos internacionais, o crédito subsidiado terminou. Será muito difícil para nossos países mudar isso enquanto existir a relação de endividamento e a necessidade de crédito atual e que haja os programas de ajustamentos que todos temos.

Então, sempre pode haver algumas distorsões, mas serão muito menores em termos do que já está acordado, sem prejuízo de que outras coisas sejam decididas. Claro, talvez pode haver um retrocesso, mas supomos que não, porque não há nenhuma evidência, por enquanto de que vá haver retrocessos.

Se se cumpre o que já está acordado, em cinco anos reverterão as vantagens comparativas. E sob as vantagens comparativas há processos

de reajuste importantes. Mencionei dois que acho claríssimos; creio que há muitos outros que, com diferentes graus de aprofundamento, começarão a operar e significarão expansão de alguns subsetores e diminuição, embora não signifique necessariamente desaparecimento de outros subsetores.

E o da segurança alimentar. Assim definido como creio que o senhor o está definindo no sentido de autosuficiência de caráter nacional...

Representação do BRASIL (Paulo Roberto de Almeida). Multilateral, latino-americano.

DIRETOR - GERAL DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (Martin Piñeiro). Claro, acho que esse é um elemento que deveria ser incluído nas negociações. Ou seja, algumas salvaguardas de fornecimento de alguns produtos básicos dos países que ficam como claros fornecedores desses produtos; que não está, creio, totalmente contemplado nos acordos feitos.

Representação do BRASIL (Paulo Roberto de Almeida). Estão trabalhando nesse setor?

DIRETOR - GERAL DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (Martin Piñeiro). Se estamos fazendo algo concreto nessa direção, eu diria que não. Nossa idéia é que fazemos o trabalho de apoio técnico que os países nos solicitam. E até o presente não houve nenhum pedido e achamos que neste momento de grande velocidade dos processos não tem muito sentido trabalhar sobre coisas que não estão na agenda política.

Representação da ARGENTINA (Maria Esther Bondanza). Desculpe, uma questão sobre segurança alimentar regional. O Comitê que se tinha criado no âmbito do SELA sobre segurança alimentar regional, já que fez a pergunta, que papel tem cumprido e neste momento em que situação está?

DIRETOR - GERAL DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (Martin Piñeiro). Cumpriu um papel interessante do ponto de vista de fazer que o tema estivesse mais presente nas discussões. Teve, creio, relativamente pouco impacto concreto porque era uma coisa muito pequena com muito pouco financiamento. Foi dissolvido no ano passado.

SUBSECRETARIO (Antonio José de Cerqueira Antunes). Senhor Presidente, somente um comentário sobre esses dois casos do trigo e do açúcar; seria o caso do açúcar brasileiro. Ficou um pouco a impressão de que o açúcar brasileiro invadiria a Argentina e que o trigo argentino invadiria o Brasil pelas vantagens comparativas.

Creio que aí devemos ter um pouco de cuidado. Primeiro, porque há muitas regiões nas quais a produtividade do trigo brasileiro é bastante boa e não seria tão impactante como se poderia pensar em um primeiro momento a competência importadora.

E, em segundo lugar, no caso do açúcar brasileiro, também há problemas de oferta; há problemas do álcool, que não se pode deixar de produzir; há uma redução de preços, que faz diminuir muito a produção de cana no Brasil. De modo tal que não gostaria de que ficasse a

impressão de que houvesse uma facilidade tão grande da interpenetração dos dois países. Há que verificar se as vantagens comparativas são tão comparativas, por dizê-lo de alguma maneira.

Representação do CHILE (Raimundo Barros Charlin). Poderia dar-se o paradoxo de que a não intervenção de organismos públicos de comercialização agrícola dificultasse o estabelecimento de convênios de abastecimento. A mesma coisa ocorre no campo energético. Que sejam empresas públicas as que comprem. Facilita muito ter uma rede de abastecimento prioritário. Porque se todo o setor agrícola fica entregue ao livre mercado, vai ser difícil o abastecimento prioritário à região. Porque entramos a competir com outras regiões. Ai há um paradoxo.

Teoricamente, na época em que operavam empresas de comercialização em quase todos nossos países, mais o setor público, poderiam ter havido convênios de abastecimento. Não houve talvez por outras razões. Mas instrumentalmente é muito fácil atingir convênios de abastecimento se são empresas públicas e é bastante difícil que se todo o setor fica entregue à livre competência dado que entramos a competir com outras regiões e com sistemas de crédito etc., se dificulta o abastecimento regional. Poderia dificultá-lo. O senhor não pensa que há uma espécie de paradoxo entre que desapareça a intervenção da empresa pública e ao mesmo tempo se procure um abastecimento regional prioritário? Aparentemente poderia haver uma espécie contradição.

DIRETOR - GERAL DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (Martín Piñeiro). Dois comentários a respeito das duas últimas intervenções, não?

Em tudo quanto, o que tenho dito não há juízos de valor. Simplesmente, observamos como nos parece que se estão desenvolvendo as coisas. E quando eu digo que há vantagens comparativas e vai haver uma diminuição e um acréscimo em um dos países complementarmente, não significa que o setor vá desaparecer. Não significa que o Brasil deixe de produzir trigo ou que a Argentina deixe de produzir açúcar. Sim que haverá um comércio expandido. Ou seja, haverá exportações de açúcar do Brasil para a Argentina e de trigo, mais trigo da Argentina para o Brasil. Quanto? Não se sabe. Porque, além disso, está tudo o que é mudança tecnológica, as vantagens comparativas dinâmicas no sentido de que não são somente a ecologia mas o processo de incorporação tecnológica e o próprio processo de desenvolvimento tecnológico que possa haver.

Mas, hoje não há dúvida de que a Argentina tem vantagens comparativas em trigo referentes ao Brasil, e o Brasil as tem em termos de açúcar. E quando será esse "overlap"? Isso é o que não sabemos; mas, a tendência será nessa direção.

Quanto ao tema das empresas talvez deveríamos fazer uma precisão, não? Para fazer convênios não são necessárias empresas estatais que assumam a comercialização do ponto de vista do movimento físico dos materiais. Pode haver uma junta de grãos, como na Argentina, que já não faz movimentos físicos; o que faz são acordos, define as normas e faz acordos comerciais com os países, os acordos de exportação que depois recontrata com empresas privadas. Inclusive pode fazer-se sem ter algo que seja como a Junta. Os Estados Unidos fazem acordos de compromissos de exportações de volumes mínimos e máximos, ou seja, níveis, com a Rússia, de grande dimensão, e depois se faz tudo através

do setor privado.

Então, sempre mais participação do Estado facilita algumas coisas. Mas, não é necessária uma estrutura estatal para poder fazer acordos de exportação. Alcança com um escritório comercial que faça os acordos do ponto de vista legal e que depois ache mecanismos de adjudicação ao setor privado que faz a exportação concreta, que faz o negócio comercial, além de se isto é bom ou mau. Há países que estão fazendo desta maneira.

PRESIDENTE. Agradecemos ao Doutor Piñeiro, todas estas manifestações sobre a problemática do setor agropecuário, ter respondido às preocupações e perguntas das Representações.

Ao reiterar-lhe a satisfação do Comitê de Representantes por ter recebido tão ilustre visitante, encerra-se a presente reunião.

DIRETOR - GERAL DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (Martín Piñeiro). Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE. Encerra-se a sessão.
